

HEGEMONIA POLÍTICA NO BRASIL SOB O GOVERNO ROUSSEFF

Aldo Duran Gil

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

✉ aduran@incis.ufu.br

Gustavo dos Santos Cintra Lima

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

✉ gsclima@ufu.br

Resumo: *Dando continuidade às reflexões feitas por ocasião da primeira eleição de Rousseff (Duran Gil, 2010), este artigo visa analisar brevemente o processo eleitoral de 2014, buscando desvendar o caráter de classe do governo em tela e a natureza da hegemonia política no Brasil atual.*

Palavras-chave: *Processo eleitoral, governo Rousseff, hegemonia política, Brasil.*

Abstract: *Following on the considerations made on the first occasion of Rousseff's election (Gil Duran, 2010), this article aims to briefly analyze the electoral process in 2014, seeking to unravel the government's class character on screen and the nature of political hegemony in Brazil today.*

Keywords: *electoral process, government Rousseff, political hegemony, Brazil.*

Uma rápida leitura do processo eleitoral de 2014 induz a conclusão de que seu resultado teria sido altamente surpreendente: uma luta eleitoral bastante acirrada e possibilidade real de derrota da candidata do PT pelo candidato do PSDB, denotando acentuada polarização entre esses partidos políticos. Por parte dos setores conservadores, tal leitura levou a certos políticos tucanos (entre eles FHC) que a reeleição de Rousseff teria sido um estelionato político e um processo ilegítimo num lamaçal de corrupção na Petrobras por parte do atual governo, acenando uma suposta crise política profunda (crise de hegemonia). Mesmo sendo inédito o fato de um candidato

a presidência no pós-1988 ter saído vitorioso com um pouco mais de 3% dos votos válidos, e que a candidata vitoriosa tenha reconhecido esse fenômeno com muita preocupação a tal ponto de convocar um diálogo nacional e abertura à oposição, não há nada de surpreendente nesse processo eleitoral. Este artigo visa analisar brevemente o processo eleitoral de 2014, buscando desvendar o caráter de classe do governo em tela e a natureza da hegemonia política no Brasil atual.

Nos âmbitos político partidário e acadêmico (no amplo espectro político-ideológico) proliferaram comentários e artigos sobre o processo eleitoral de 2014 e sobre a natureza geral do governo Rousseff. Para simplificar, a direita, comandada pelos tucanos, defende a tese justamente de estelionato político cometido pelo PT, cuja reeleição da atual presidenta se configura como ilegítima, desconhecendo o resultado das urnas, o que criaria as condições de uma manobra política ou golpe ao insuflar às massas populares e os setores médios, através da mídia oligopolista (com a Globo e Folha de S. Paulo à cabeça), ir para a rua e exigir impeachment da atual presidenta.

Já os setores da esquerda sindical e partidária (no amplo espectro político-ideológico) não tem uma tese que unifique suas posturas políticas e ideológicas em relação ao processo eleitoral e ao governo em questão. No interior do PT e partidos coligados aparece a tese segundo a qual o PT seria o único partido de esquerda no Brasil que teria a capacidade de mudança significativa a favor das massas populares e trabalhadoras, num contexto de crise da esquerda partidária, incapaz de elaborar programas propositivos que neutralizassem os setores dominantes e permitam a ascensão política das massas populares. Na verdade, os defensores dessa tese não passam de um bando de cães de guarda do partido governante que buscam manter laços de relações com o partido e o governo com o fim de obter status ou ganhos pecuniários imediatos, ou privilégios e oportunidades de todo tipo,

proporcionados pelo funcionalismo público: distribuição dos cargos públicos ou espólio. O que denominamos aqui clientelismo político (clientelismo cativo ou clientelismo aberto e solapado).

Talvez a tese geral seja a de que a candidata menos pior seria a Dilma, o que impossibilitaria a eleição do seu homólogo tucano, por isso no segundo turno certos partidos de esquerda fizeram intensa campanha pelo voto na candidata do PT; caso contrário, o conservadorismo, a direita recalcitrante, neoliberal, ascenderia ao poder governamental, aumentando a exploração da força de trabalho e piorando as condições de vida da classe trabalhadora. Tal pragmatismo eleitoral revelou a ilusão desses setores (que a história demonstra sobremaneira) na defesa da democracia burguesa ao considerar que a troca de comando do executivo significaria mudança substantiva a favor das massas populares, deixando intacto o domínio do capital e a estrutura do Estado burguês. Com efeito, não todos os setores da esquerda militante caíram nessa ilusão.

Para um setor do PT, dirigidos por M. A. Garcia, E. Sader, entre outros, o partido é considerado de “esquerda”, entendido como a consubstanciação das expectativas de mudança da sociedade brasileira, uma possibilidade histórica ímpar de transformação socioeconômica a favor das maiorias empobrecidas com base na democracia política – bem entendido, sem ruptura com a economia capitalista e mantendo intacta a estrutura do Estado burguês. Assim, seria de vital importância o controle da direção das instituições estatais e democráticas pelas massas populares. O que é entendido como hegemonia, embora a ambiguidade e contradição do conceito ou conceitos em Gramsci permitam essa leitura. Ora, não se trata de hegemonia, porém de aparelhamento, isto sim, com dose inusitada de autoritarismo por parte de um grupelho que reivindica a direção impondo-se sobre o resto ou sobre as bases, o que é demonstrado no dia a dia pelos agentes integrantes de diversos partidos e sindicatos de esquerda (nos âmbitos do movimento

estudantil, docente, operário etc.) envolvidos nesse tipo de prática política. Essa prática é também comum nos setores conservadores e de direita (de variados matizes) na maioria das instituições na sociedade capitalista, principalmente na esfera político-partidária e sindical; nada diferente do praticado pelo PSDB e PT durante seus respectivos governos. Do aparelhamento permanente à prática do clientelismo político ou à corrupção há um passo (privilégios salariais, nepotismo, peculato, desvio de verbas etc.), sendo a corrupção constitutiva do Estado burguês.

Outros militantes e ideólogos do PT entendem que o partido teria dado uma guinada à direita somente em novembro de 2014, no momento da nomeação dos novos ministros da candidata eleita. As principais pastas do futuro gabinete foram designadas a integrantes oriundos ou articulados às frações burguesas mais poderosas, e que em nada se diferenciariam das nomeações feitas pelo candidato do PSDB, caso este ganhasse as eleições. Basta mencionar os ministros da Fazenda (Levy, do Bradesco, denominado *Chicago boy*) e da Agricultura (K. Abreu, fazendeira e representante dos interesses do agronegócio) para mostrar que tais nomeações não contradizem a implementação da política estatal a favor do capital desde o governo Lula.

Curiosamente Boron (2014) também defende essa tese: o PT, que era de esquerda, ter-se-ia *direitizado* no momento da nomeação dos novos ministros, especialmente o da Fazenda, tendo Dilma capitulado, sem luta, diante das forças conservadoras do mercado, dominadas pelo capital financeiro internacional.

Em dezembro de 2010, por ocasião da primeira eleição de Rousseff, defendemos a tese segundo a qual a plataforma política do PT não se diferenciava, nos aspectos essenciais, da plataforma do PSDB (DURAN GIL, 2010). E ainda mais, caracterizamos o governo Lula como sendo neopopulista e neodesenvolvimentista, com traços neoliberais, ou populismo neoliberal, conforme sustentou Saes (2001, p.78). Nesse sentido, as concepções sobre os

governos Lula e Rousseff como sendo “neodesenvolvimentismo neoliberal” ou “Frankenstein neodesenvolvimentista de base neoliberal” de alguns autores apontam à caracterização feita por nós com base na análise feita por Saes.

Todavia, sustentamos que o governo Lula não rompeu com o neoliberalismo, embora o combateu no discurso e mesmo tendo paralisado temporariamente as privatizações, nenhuma empresa privatizada foi revertida, reestatizada ou nacionalizada. Por fim, o processo de privatização iniciado no governo FHC, que teve índices elevados de violência, significando “o reforço do executivo sobre o parlamento e a proliferação das medidas provisórias com caráter *legiferante*, configurando uma democracia representativa com alta dose de autoritarismo civil” (DURAN GIL, 2010, p.25)¹. A retomada das privatizações no governo Rousseff, mesmo que tímidas, acompanhadas de concessões bilionárias às empreiteiras dominantes para viabilizar o PAC e as obras sobretudo da Copa do Mundo de 2014, demonstraram a ação altamente violenta do executivo (em conivência com o parlamento e o judiciário) contra as manifestações populares que colocaram em questão o processo de privatização e de concessões bilionárias, em detrimento do transporte, educação e saúde públicos. Isso sem falar das concessões também bilionárias às firmas petrolíferas estrangeiras dominantes, que curiosamente não aparecem no atual escândalo da Petrobras. O que foi demonstrado tanto no levante de junho de 2013 e ao longo desse ano, quanto nos protestos do ano seguinte e durante a realização da Copa, mesmo que tais protestos acabaram sendo capitalizados pelos setores conservadores.

Em suma, a conjuntura presente, o momento político atual no Brasil sob o governo Rousseff revela tendências estruturais de médio e longo prazos, desde 1988, sobretudo desde o governo FHC, cujos traços essenciais conotam não uma crise de hegemonia, mas a reorganização do bloco no poder patenteadada na ascensão política de uma fração da burguesia interna, o grande

¹ Errata: a palavra grifada (*legiferante*) é a correta, e não “beligerante” conforme aparece no texto citado.

capital bancário interno, que compartilha a direção do sistema hegemônico junto com a burguesia associada (burguesia industrial exportadora) e o agronegócio. Essa tese é sustentada por Saes num artigo recente, para quem os governos do PT teriam concretizado, através da política de Estado, a hegemonia política de um grupo capitalista plurifracional: o grande capital bancário interno, sem deixar de considerar completamente outros interesses de fração como os da burguesia industrial exportadora e os do *agrobusiness* (SAES, 2014, p.118). Assim, pode se entender a emergência, “de modo intermitente, situações de disputa política envolvendo essas duas frações [burguesias associada e interna]. O processo eleitoral nacional tem sido, desde 2002, o palco principal dessa modalidade de disputa política” (SAES, 2014). O pleito eleitoral de 2014 revela a intensidade dessa luta política.

A luta pela punição ou não dos corruptos e corruptores no atual escândalo da Petrobras (e outros que podem aparecer em outras empresas ou setores estatais), impulsionada pela pressão dos partidos da oposição e pela mídia oligopolista, revela a disputa política acima mencionada, não colocando em xeque a dominação burguesa ou a hegemonia política do grupo capitalista plurifracional. A não ser que o impacto do aumento da crise de representação dos partidos dominantes, da intensificação da crise econômica e do agravamento da corrupção obriguem as massas populares e setores médios a partir para a luta nas ruas, colocando em xeque essa hegemonia política.

Bibliografia

BORON, A. Dilma: capitulación y después. *Rebellion*, edição de 1/12/2014. Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=192633>

DURAN GIL, A. Reflexões sobre as eleições presidenciais no Brasil em 2010. *Em Debate*, Belo Horizonte, v.2, n.12, dez 2010. Disponível em: http://www.opiniaopublica.ufmg.br/emdebate/004_%20artigo%20opinioao%20aldo%20duran%20EBH.pdf

POULANTZAS, N. *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris: Maspero, 1968.

SAES, D. *República do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SAES, D. As frações da classe dominante no capitalismo: uma reflexão teórica. In: PINHEIRO, M. (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.